
RISCOS AO PATRIMÔNIO MUNDIAL *MOTOR DE DESENVOLVIMENTO*: DESÍGNIOS À CULTURA E À NATUREZA

Everaldo Batista da Costa¹
Valdir Adilson Steinke²

Resumo: O desenvolvimento territorial, em diferentes escalas, congrega novos paradigmas científico-tecnológicos submetidos a instâncias político-econômicas específicas. Logo, para além da crítica à mercantilização da cultura e da natureza patrimonializadas, urge desvendar as vias possíveis ao desenvolvimento local em consonância às ações de gestão do território. Então, com o objetivo de indagar a ideia do *patrimônio como motor de desenvolvimento* ante o panorama da gestão, da conservação e dos riscos ao Patrimônio Mundial da UNESCO, este estudo apresenta as nuances do discurso universal que reproduz o patrimônio global e localmente. Para tanto, recorreremos à *Declaração de Paris* e ao *Programa sobre o Patrimônio Mundial e o Turismo Sustentável*, que propõem a *participação* e a implementação de ações ditas sustentáveis para o desenvolvimento de territórios da cultura e da natureza no mundo, com enfoque para a segunda década do século XXI.

Palavras-chave: Riscos ao Patrimônio Mundial; Declaração de Paris; Turismo Sustentável.

RISKS TO WORLD HERITAGE *MOTOR DEVELOPMENT*: DESIGNS TO CULTURE AND NATURE

Abstract: Land development at multiple scales assembles new paradigms in science and technology subjects to political and economic conditions. So, beyond the criticism of the commoditization of culture and nature indicate patrimony, we must discover possible avenues for local development in line with land management actions. So, aiming to question about the idea of heritage as a development engine at the panorama of the management, conservation and risk according to UNESCO World Heritage Site, this article presents the nuances of conventional discourse, which reproduces the global and local heritage. To do this, we review the Paris Declaration, as well as the Program on World Heritage and Sustainable Tourism, which offer social participation and the implementation of actions (say) “sustainable” for the development of the territories culture and nature in the world, for the second decade of the XXI century.

Keywords: Risks to World Heritage; Paris Declaration; Sustainable Tourism.

¹ Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (DG-UnB). Geógrafo, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). everaldocosta@unb.br

² Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (DG-UnB). Geógrafo, mestre e doutor em Ecologia pela Universidade de Brasília (UnB). valdirs@unb.br

Preâmbulo

A história da humanidade é acompanhada por eventos desencadeados por diferentes processos de cunho natural e em função de transformações socioculturais. Neste espectro, as definições de exposição a perigos e às incertezas, os danos aos patrimônios natural e cultural enquanto heranças coletivas e, em inúmeros casos, perdas de vidas, estão associados à probabilidade do que se convencionou tratar por vulnerabilidade socioambiental. Tais elementos compõem a temática deste estudo, que corresponde à gestão e à conservação do patrimônio da humanidade chancelado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em 1921, Frank Knight publica *Risk, uncertainty and profit*, obra que apresenta os conceitos de risco e incertezas; noções aprofundadas por John Maynard Keynes, mas na perspectiva econômica. Na sequência, Gilbert F. White (1958, 1961), enfatiza os estudos de vulnerabilidade e riscos associados aos eventos climáticos (com ênfase em enchentes). A abordagem é introduzida na Geografia, com referência para a “Escola de Chicago”, a partir de Ian Burton (1965).

Importante teorização recente dos riscos tem fundamento em Beck (2000, 2011). O alemão ressalta que a sociedade atual é, em essência, uma *sociedade do risco*; propõe uma distinção entre a primeira modernidade, centrada na industrialização, no Estado, e uma segunda, definida como modernidade reflexiva, na qual a indagação acerca dos processos da primeira modernidade são os elementos centrais.

A sociedade atual, diferentemente das fases de desenvolvimento social anteriores, ao lidar com os riscos ou os perigos que a cercam, defronta-se consigo mesma. Para Beck (2011), as fontes de perigos já não são mais o desconhecimento, e sim o conhecimento, não mais uma dominação deficiente, mas uma dominação aperfeiçoada da natureza, dentro de um sistema de decisões e coerções estabelecido na era industrial.

Por serem reconhecidas como objetos de reprodução social, a cultura e a natureza assumem variadas formas de representação; a institucionalização global dos chamados patrimônio cultural e patrimônio natural incorpora apenas uma delas. Ao longo do século XX e no atual, uma *geografia* e uma *geopolítica* específicas do *Patrimônio*

Mundial foram desenhadas dentro de um programa histórico que agrega diferentes agentes e processos, conforme nos apresenta Scifoni (2006) e Costa (2011).

Logo, o pressuposto que direciona este estudo é o de que, para além da crítica à mercantilização da cultura e da natureza patrimonializadas, há de se desvendar as vias possíveis ao desenvolvimento local em consonância às ações de gestão do território. Para isso, é necessário acompanhar as nuances do discurso universal que reproduz o patrimônio em escala global e local, quando vigora uma tendência, na sociedade do risco, para a “autoconfiguração e para a autodestruição das condições de reprodução de toda a vida neste planeta” quando a “modernidade assumiu o papel de sua antagonista – da tradição a ser superada, da força da natureza a ser controlada” (Beck, 2011, p. 275).

Doravante, seguimos o objetivo de indagar a ideia do *patrimônio como motor de desenvolvimento* ante o panorama da gestão, da conservação e dos riscos ao Patrimônio Mundial divulgado por organismos internacionais, o que coloca em xeque a proposta de turismo sustentável defendido pelos mesmos organismos.

O patrimônio como motor do desenvolvimento – Declaração de Paris

Duas questões correlacionadas balizam o debate deste tópico; problematizamos a recentemente publicada “Declaração de Paris” – *Le patrimoine comme moteur du développement* – e abordamos a noção de desenvolvimento, em consonância com a referida Declaração. O debate justifica-se pela atualidade do tema *gestão e conservação do patrimônio mundial cultural e natural*, quando o epicentro da elaboração das novas recomendações ou diretrizes está na Europa e repercute em todo o mundo. O já estudado *frénésie* global pela Lista do Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade traz um retrato fidedigno da *geografia* e da *geopolítica* desse movimento e suas nuances (Scifoni, 2006 – no viés do patrimônio natural; Costa, 2011 – na perspectiva do patrimônio cultural).

Já está posto o entendimento de que “a produção do espaço tem contribuído para a sobrevivência do capitalismo”, ou que a “produção do espaço é um resultado da produção da natureza”, ainda que “é a totalidade das relações espaciais organizadas, num grau maior ou menor dentro de padrões identificáveis, que adequadamente constituem a expressão da estrutura e do desenvolvimento do modo de produção”

(Smith, 1988, p 130). O intuito aqui não é o de seguir o percurso dessa crítica somente, mas é o de reconhecer, concretamente, a leitura da UNESCO sobre desenvolvimento, gestão e conservação do Patrimônio Mundial.

Concomitante aos debates sobre a destinação da cultura e da natureza no mundo, em dezembro do ano de 2011, ocorreu a 17ª Assembleia Geral do ICOMOS¹, com 1150 participantes de 106 países, reunidos em Paris. A reunião teve como resultado a *Declaration de Paris – Sur le patrimoine comme moteur du développement*, que trata da preservação e da difusão dos valores atribuídos ao patrimônio, bem como do desenvolvimento cultural, social e econômico das populações. O documento é endereçado aos agentes da conservação, do desenvolvimento e do turismo, em particular aos Estados, poderes locais, instituições internacionais, agências das Nações Unidas, às associações e sociedade civil.

Justifica-se o tema pelos impactos que a mundialização promove sobre as sociedades em termos de dissolução de seus valores, identidades e diversidades culturais, sintetizados em seu patrimônio material e imaterial. Por isso, integram-se as possibilidades de desenvolvimento e o patrimônio. O documento assinala preocupação não apenas com a conservação, mas em relação à utilização, valores intrínsecos, valorização econômica, social, cultural, em proveito tanto das populações locais quanto de visitantes. Para tratar da dita mundialização, François Chesnais recorre à noção de *bazar cultural mundializado* pelo qual passa a civilização atual. Para o autor, a mundialização tem como suporte as indústrias de mídia valorizadoras do capital, quando produzem mercadorias cada vez mais padronizadas através de novas tecnologias de telecomunicações, o que força o nivelamento da cultura e, com isso, a homogeneização da demanda a ser atendida em escala planetária. Insere-se nesse contexto o debate sobre os impactos da mundialização sobre a cultura e a natureza.

Face às ameaças de degradação e de destruição que fazem pesar diferentes aspectos do desenvolvimento sobre o patrimônio e os valores que contém, é necessário enfatizar a dificuldade de preservar estes elementos frágeis e indispensáveis, de características não renováveis, para o benefício das gerações presentes e futuras (ICOMOS, 2011, p. 02, tradução nossa).

Ante a mundialização, é difícil tratar de *desenvolvimento* em geral (e de desenvolvimento turístico em particular) sem fazer referência à polêmica noção de *sustentabilidade* (entendida em uma concepção holística), segundo Cabo (2007), pois

se faz referência da efetiva participação social. Contudo, face a essa polêmica, cabe refletir, junto a Maria Adélia Aparecida de Souza, sobre a ritmicidade do mundo acelerado com o advento técnico atual, que coloca em questão a noção de sustentabilidade. Para a autora, a sustentabilidade é uma metáfora poderosa e que acoberta o tema do qual precisamos discutir: o da desigualdade. “O Mundo mundializou-se (...) tende a ser unitário do ponto de vista técnico e fragmentado e insustentável (segregado) do ponto de vista socioespacial, sociopolítico. Os processos sociais é que levam a isso e definem os projetos de *exploração da natureza*” (Souza, 2009, p. 113). Diante desse quadro, voltamo-nos para a Declaração de Paris.

A Declaração enfatiza o resgate dos valores de identidade e de memória histórica para a manutenção da autenticidade, integridade e *esprit du lieu*, tratado como componente indispensável do processo de desenvolvimento. Reconhece a diversidade cultural como pilar da sustentabilidade do desenvolvimento, junto à economia, ao social e ao ambiental, de forma que o desenvolvimento não é entendido apenas no viés econômico, mas como meio de ascender a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual.

Celso Furtado, na década de 1960, afirmava que, sob a ótica da economia tradicional, desenvolvimento representa o aumento de fluxos de renda real, incremento de bens e serviços por unidade de tempo ao dispor da coletividade. Podemos afirmar que, no início do século XXI, a ideia de desenvolvimento funda-se na possibilidade da participação coletiva nos processos de valorização, dominação e representação do espaço, o que pode oferecer parâmetros para a avaliação da melhoria do nível e da qualidade de vida dos cidadãos face à lógica econômica hegemônica, bem como sobre a participação coletiva nos níveis estatais decisórios sobre o destino político-econômico dos lugares. A proposta da Declaração de Paris aproxima-se dessa concepção anunciada de desenvolvimento, ou seja, indica o partilhamento social no pensamento e nas tomadas de decisão sobre os destinos da cultura e da natureza (utopia necessária)².

Vigora um estreito diálogo entre patrimônio e “desenvolvimento territorial urbano”, na Declaração de Paris. Indica a necessidade de conservação de bairros antigos por meio de reabilitação, em coerência e harmonia com as escalas viária, de parcelamento, de volume e de altimetria, respeitando as características da evolução urbana sucessiva.

Propõe-se trabalhar os vazios urbanos e periféricos, a fim de recriar os bairros multifuncionais de cidades, além de debater a noção de limites urbanos.

Apesar da Declaração não mencionar, é de *patrimônio ambiental urbano* que se trata, na concepção defendida por Yázigi (2009, p. 149). Dialoga com a ideia de que “é preciso que a condução do patrimônio ambiental urbano seja entendida não somente como preservação de representatividades passadas, mas, sobretudo, com o que deve ser construído”. Para o autor, a tendência atual da *cidade-empresa* favorece o abandono de certas partes da cidade, ao se lançar luz a setores recortados do território ou a novas centralidades.

A promoção do desenvolvimento local em pequenas vilas e cidades aparece como estratégia na Declaração de Paris, através da conservação seletiva e da reutilização do patrimônio de vilas rurais. Propõe-se a densificação do centro dos aglomerados para se evitar a dispersão anárquica das construções. A estabilidade da população deve ser assegurada pela manutenção e recuperação do seu *savoir-faire* vinculado ao artesanato e à agricultura tradicionais. Elemento importante do processo de desenvolvimento local fundamentado na cultura tradicional é a conservação dos modos de *comunicação* e *circulação* na escala regional e local – patrimônio ferroviário, rotas, veios de água navegáveis para o transporte de pessoas, mercadorias e produtos locais; além de modos alternativos de mobilidade.

Essa proposição da Declaração de Paris aproxima-se da construção do que Hassan Zaoual trata por *sítios simbólicos* na perspectiva do desenvolvimento local, onde a exigência de levar em consideração as práticas locais faz-nos questionar radicalmente as hipóteses e as concepções padrão em economia; é preciso caminhar para um pragmatismo tolerante. A ética do desenvolvimento local é tratada pelo autor em dois parâmetros: dos princípios de sua construção (diversidade, singularidade, prudência, monitoramento etc.); e dentro da ideia de uma economia não-violenta (reflexão sobre racionalidade situada, *homo situs*, convenções e regras). Nessa leitura “o todo se estrutura em torno de um tipo de ética do lugar” (Zaoual, 2006, p. 23-24).

O turismo é a atividade indicada na Declaração de Paris para que o patrimônio desponte como *moteur du développement*. Por isso, recomenda-se a comunicação ampla sobre a fragilidade dos valores do patrimônio aos profissionais do turismo, além de implicar todos os atores na elaboração de planos de gestão para os sítios ou

destinações, respondendo às questões: qual turismo, por que, para quem? Enfatiza-se a necessidade de,

Desenvolver objetos de gestão para a coleta de dados turísticos, avaliação da função do patrimônio e de sua valorização no quadro do desenvolvimento turístico; avaliar o custo da degradação dos valores patrimoniais e de seu entorno; preservar o capital cultural e econômico; encorajar os estudos de impactos turísticos, patrimoniais e em matéria de desenvolvimento; elaborar os programas de formação para a gestão do turismo responsável. Enfim, identificar os meios para prover a distribuição equitativa das receitas do turismo patrimonial, entre os custos da conservação e da gestão do patrimônio, as populações locais, os investidores locais, nacionais e internacionais do turismo (ICOMOS, 2011, p. 04, tradução nossa).

Maria Geralda de Almeida lembra que o *uso* e o *desfrute* do patrimônio cultural estão muito vinculados ao turismo, que o mercantiliza, de forma que o valor agregado é o que a sociedade por suas práticas lhe atribui, incluindo os interesses do mercado, de maneira que o turismo reinventa o patrimônio cultural. “Nesse cenário turistificado, ao patrimônio cultural atribui-se o papel de *motor de desenvolvimento econômico e social*” (Almeida, 2012, p. 161, grifo nosso).

Revela-se, na Declaração, a preocupação com a possibilidade ou a impossibilidade do chamado *tourisme durable*. É enfatizada a integração da conservação e da preservação do patrimônio ao desenvolvimento do turismo cultural, onde o recurso cultural torna-se fundamento e capital do desenvolvimento de lugares em países menos avançados. Como bem destaca Eduardo Yázigi, o patrimônio não deve ser entendido como reserva passiva e reificada, mas integrante de lugares vivos que sustentam atividades socioeconômicas e culturais. Para se ter harmonia no trato dos valores atinentes aos sítios patrimoniais é necessário, conforme o documento,

Colocar a autenticidade no centro do desenvolvimento do turismo cultural e do crescimento de estratégias de interpretação e comunicação; favorecer uma leitura fundada na aproximação científica e nos inventários, evitando-se as *voyages dans l’hyper-réalité* que são reducionistas dos valores patrimoniais (ICOMOS, 2011, p. 04, tradução nossa).

Educar os jovens para o reconhecimento do patrimônio, utilizar instrumentos modernos para a difusão do conhecimento dos valores patrimoniais, encorajar a população local para o desenvolvimento criativo e empreendedor voltado ao patrimônio, além de estimular o diálogo entre moradores e visitantes são indicados como quesitos para o empoderamento patrimonial coletivo e base do turismo social. É

nesse contexto que Guimarães (2012) destaca a importância de padrões comportamentais individuais e coletivos favoráveis a ambientes e ambiências harmônicos e equilibrados, a uma cidadania conscienciosa, para se assegurar um turismo responsável e a conservação dos recursos patrimoniais.

Na defesa da inserção econômica do patrimônio, a Declaração de Paris propõe: estudos sobre a contribuição do patrimônio ao *développement durable* e sobre as relações entre investimentos e desenvolvimento; estudar o limiar entre patrimônio, criatividade e desenvolvimento; pesquisa de indicadores; avaliação, por meio de estudos de casos, das consequências econômicas e sociais da valorização do *patrimônio como motor de desenvolvimento*. Nesse contexto, o homem deve estar *au centre des politiques et des projets*. Entretanto, não podemos negligenciar o debate de que configurar o ambiental com o econômico, o político com o cultural torna-se mais difícil no nível global, quando a presunção de homogeneidade de valores e aspirações através do planeta não se sustenta, segundo Harvey (2005).

Assim e apesar de todas essas indicações de *ideal utópico da democratização do patrimônio*, dois pontos merecem relevo. Primeiramente, a consagração universal de patrimônios localizados é regida por elementos de caráter político-espacial seletivo e, por isso, a identidade e a memória são reproduzidas no embalo de uma hegemonia e de um poder soberanos de apropriação e de gestão dos lugares tornados singulares.³ O segundo ponto diz respeito à fragilidade das comunidades detentoras dos bens frente ao poder de troca e consumo dos agentes hegemônicos que se apropriam das localidades patrimonializadas.⁴

Esses pontos precisam ser reconhecidos e cuidados a partir da intervenção do poder público constituído e da sociedade civil organizada, a favor das comunidades locais. Esse jogo representa o que Yáziqi trata por *incoerência entre um ideal localizado e o sistema dominante*. O Estado deve ser protagonista no provimento de bens públicos e infraestruturas físicas e sociais. Como diz Harvey (2005), imaginar que o capitalismo alguma vez funcionou sem o intermédio firme do Estado é um grande mito; pode sim, ter mudado suas funções com o crescimento e o amadurecimento do capitalismo. Para o autor, só o Estado pode intervir na inexorável produção de desigualdades e conflitos sociais, regulando acessos e distribuições, impedir dilapidações, garantir posses diversas, vedar, inclusive acessos indesejáveis pela maioria (e entender acessos,

distribuições, localizações, conexões, os novos sentidos atribuídos à distância é atributo do campo do saber geográfico).

Por fim, a Declaração de Paris – *Le patrimoine comme moteur du développement* – ainda prescreve: a valorização do patrimônio urbano e industrial de grandes metrópoles, como meio de luta contra a pobreza dos países em desenvolvimento; intervenção do poder público com jurisprudência para impedir a demolição de patrimônio em favor da restauração ou recuperação; focalizar o patrimônio nas estratégias globais de desenvolvimento; tratar os patrimônios como motor de desenvolvimento em benefício da população local, na criação de empregos, de fluxos financeiros e de bem estar, onde as indústrias culturais, criativas e de artesanatos, associadas, levarão à valorização dos lugares para a melhora das condições de vida das populações.

O patrimônio como *motor de desenvolvimento* pode se constituir no contexto proposto pela Declaração de Paris quando houver interação entre os diferentes agentes detentores/promotores do acervo patrimonial e o reconhecimento dos valores do espaço de forma coletiva. A efetivação do desenvolvimento e do turismo *durable* abordados pelo documento só ocorrerá nas áreas patrimonializadas no cerne da gestão e da conservação verdadeiramente partilhadas por populações autônomas. Para esse intento, *participação, informação, circulação e reconhecimento* tornam-se palavras de ordem e o fio condutor à *utopia necessária da democratização patrimonial horizontalizada*.

Panorama sobre gestão, conservação e riscos ao Patrimônio mundial

Em trabalhos anteriores, esclarecemos tanto o movimento global em prol do patrimônio cultural e natural da humanidade coroado, em 1972, com a *Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, que consagra a existência de um Patrimônio Mundial, quanto a estrutura favorecedora dessa consagração.⁵

No ano de 2012, a Convenção completou quatro décadas, detendo cerca de 1000 bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e com ratificação quase universal por parte dos países do mundo. Fatos que levam a UNESCO à reflexão sobre o futuro da Convenção do Patrimônio Mundial.

Nesse escopo, desponta como preocupação dos Estados-parte na Convenção, envolvendo os gestores dos sítios, as ameaças presentes sobre os bens inscritos na referida Lista, os quais põem em risco o objeto da própria inscrição: o *valor universal-excepcional* e a *autenticidade-integridade* do patrimônio cultural e natural do mundo. Vê-se a necessidade de estratégias políticas frente ao impacto das indústrias extrativas (mineral, petrolífera, de gases), de projetos de desenvolvimento (rotas, barragens, projetos imobiliários), da exploração florestal ilegal, de furtos, das mudanças climáticas e dos riscos socioambientais que impactam os bens (UNESCO, 2010, 2011). As fontes consultadas sinalizam como principais ameaças ao acervo patrimonial do mundo os pontos: 1. *développement et infrastructure* e; 2. *questions juridiques et problèmes de gestion*; ameaças estas à conservação e à gestão do acervo global, sobre o que nos deteremos aqui.

As informações seguintes esboçam o estado de conservação dos bens do patrimônio mundial nos últimos cinco anos da primeira década do século XXI, apresentadas pelo Centro do Patrimônio Mundial, em 2010. Depois de sua 25ª Sessão, ocorrida em Durban, na África do Sul, em 2005, o Comitê do Patrimônio Mundial avaliou 766 relações sobre estado de conservação de bens culturais, bens naturais e os chamados bens mistos.

No intuito de se ter uma aproximação coerente para o conjunto de bens estudados, independentemente das regiões e das categorias patrimoniais (natural ou cultural), os fatores/ameaças principais e secundárias recenseadas nas relações periódicas elaboradas foram em número de *cinco*:

- ✓ Desenvolvimento e infraestrutura: Habitat e desenvolvimento / Infraestrutura de transporte / Obras de grande escala ou infraestrutura de serviços / Poluição / Utilização de recursos materiais
- ✓ Outras atividades humanas: Utilização/modificação dos recursos biológicos / Utilização societal/cultural do patrimônio / Outras atividades humanas / Espécies transportadas ou geneticamente modificadas
- ✓ Catástrofes naturais e desastres: Condições locais que afetam o tecido físico / Clima e eventos meteorológicos importantes / Eventos ecológicos ou geológicos súbitos / Espécies exóticas hiperabundantes
- ✓ Problemas jurídicos e de gestão: Gestão e fatores institucionais

- ✓ Outros fatores: Riscos de desabamento ou deterioração de edifícios construídos / Problemas de estabilidade de estruturas etc.

De antemão, cabe dizer que compartilhamos com Ulrich Beck, o pressuposto de que a produção social de *riqueza* é acompanhada, sistematicamente, pela produção social de riscos. Perspectiva esta que, no estudo do patrimônio do mundo, se aproxima do que já tratamos por *patrimonialização global* “enquanto brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovido pela dialética Estado-mercado sobre a base das técnicas, da ciência e da informação; um processo de ressignificação dos lugares em escala planetária” (Costa, 2011, p. 31). A construção ou consagração da cultura e da natureza se dá, paradoxalmente, sobre a produção social dos mecanismos que os impactam.

O gráfico 01 indica que, nos anos do estudo, os cinco principais grupos de ameaças afetaram os bens do patrimônio mundial com a mesma frequência (cada coluna representa o número de bens avaliados por ano). Os problemas de *desenvolvimento e infraestrutura* e os *jurídicos e de gestão* são os mais evidenciados, atingindo 65% dos bens; este último faz-se o maior problema anunciado à conservação da cultura e da natureza. Houve aumento de 22%, entre 2005 e 2008, no tocante ao problema de *desenvolvimento e infraestrutura* que impactou a amostra em análise pela UNESCO. Conforme Godart (2010), ao mesmo tempo em que o turismo pode ser positivo para uma economia local, precisamos atentar para suas consequências negativas, o que exige coordenação para além da atividade, mas no âmbito da gestão do território em prol da coletividade que o usa cotidianamente.

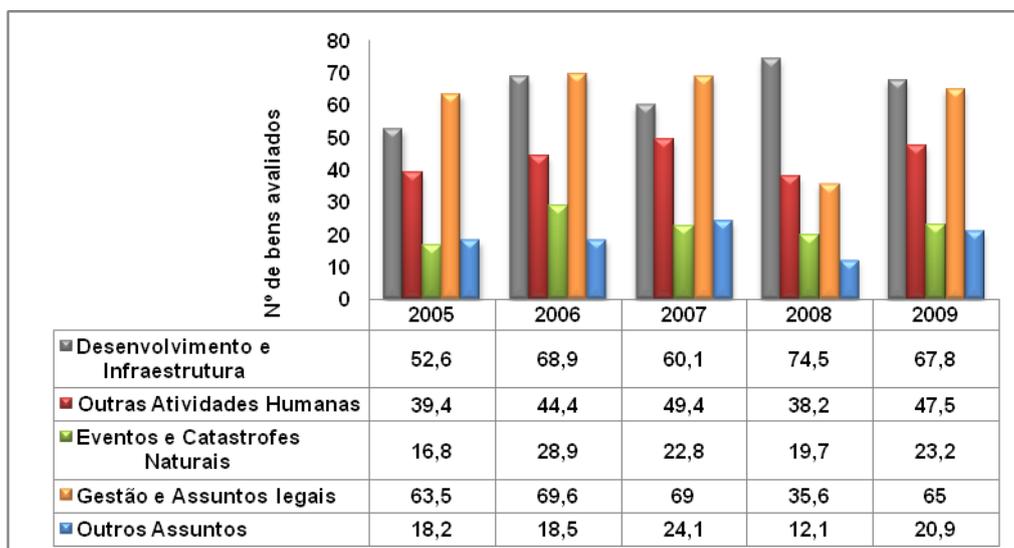


Gráfico 01 – Porcentagem de bens afetados por cada principal grupo de ameaça ao patrimônio mundial. (Organizado pelos autores - Fonte: Adaptado de UNESCO, 2010).

No tocante a *desenvolvimento e infraestruturas*, a questão do habitat e dos transportes são as maiores ameaças ao patrimônio mundial, seguido das *outras atividades humanas* (roubos, exploração florestal ilegal, insegurança etc.) e *eventos e catástrofes naturais* (eventos ecológicos ou geológicos extremos).

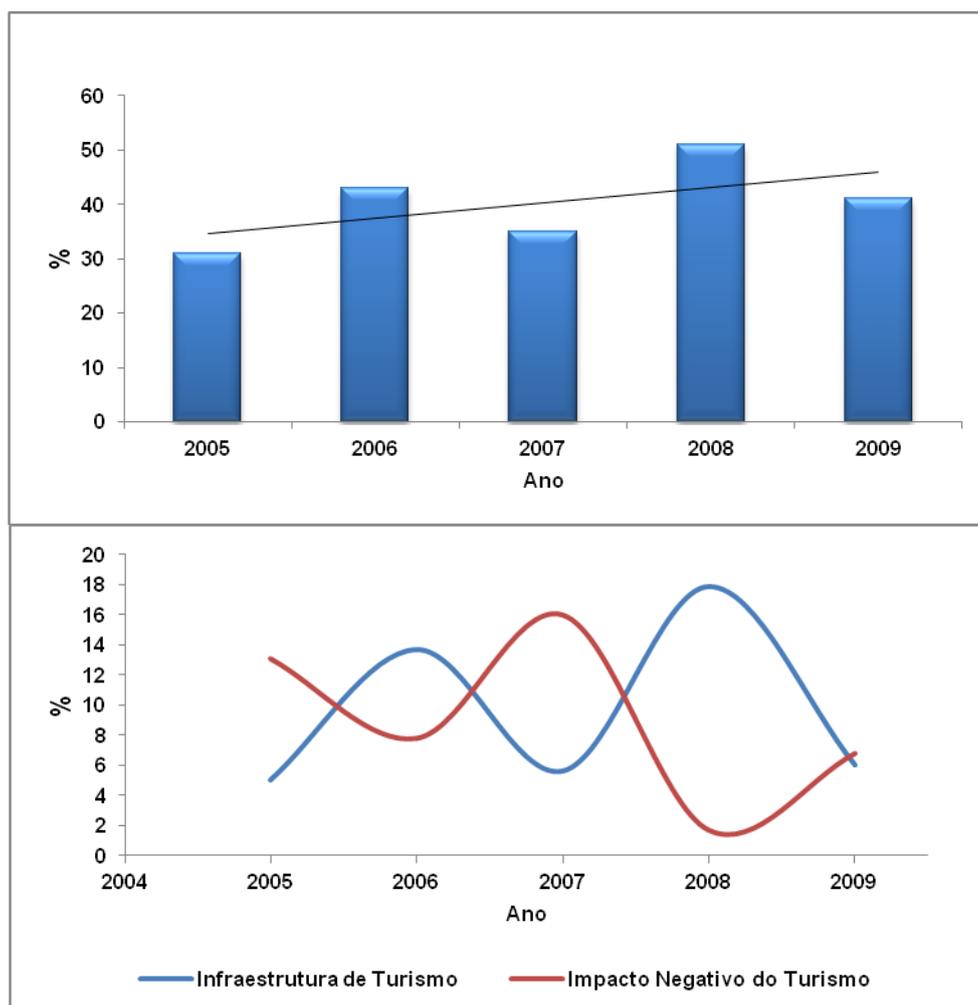
Os impactos ao patrimônio do mundo não se iniciam nem se encerram nos mesmos. Beck (2010) faz-nos refletir ao indagar a possibilidade das ameaças e riscos coproduzidos no processo de modernização serem evitados, minimizados e redistribuídos de tal modo que não comprometam o processo de modernização e nem as fronteiras do que é (ecológica, medicinal, psicológica ou socialmente) “aceitável”.

O esforço parece ser o de reconhecer os grandes riscos ao patrimônio e, concomitantemente, buscar as melhores soluções para sua ampliação, circulação e democratização. O Gráfico 01 é elucidativo dos dois maiores problemas que assolam o acervo patrimonial global, ambos originados ou do excesso (de intervenção/valorização) ou da ausência (normas/práticas programadas) de atuação humana bem coordenada sobre o território.

Os dados dos gráficos 02 e 03 correlacionam projetos de desenvolvimento turístico e seus impactos potenciais sobre o patrimônio da humanidade. Verifica-se que, para os anos de aumento de construções e projetos voltados ao desenvolvimento turístico corresponde, no ano subsequente, ao aumento do impacto do próprio turismo sobre o bem (ver picos de 2006 e 2008 e os anos de 2007 e 2009 consequentes). Para 14% dos bens contemplados com projetos em 2006, passa-se de 8% do patrimônio impactado pelo turismo no mesmo ano para 16% no ano de 2007, ou seja, os projetos turísticos fizeram duplicar o número de bens impactados pela atividade no intervalo de um ano. O planejamento territorial do turismo deve invocar políticas e leis de ordenamento socioespacial de maneira mais ampla. Da necessidade de atender à produção e ao consumo turísticos, emergem transformações às vezes radicais do espaço receptivo. “Dichas transformaciones generan impactos (tanto negativos como positivos) que conllevan reacciones de los distintos actores y la necesidad de realizar arbitrajes, principalmente mediante la planificación” (Godart, 2010, p. 158).

O maior impacto aos bens mundiais naturais no tocante às *obras de grande escala ou infraestrutura de serviços* é causado pelas barragens hidroelétricas e impactos

associados, como a remoção de comunidades das áreas de preservação. Outra ameaça à integridade do patrimônio natural é a exploração mineral, a qual afetava, em 2009, um quarto do conjunto de bens avaliados, apesar das ameaças de exploração de petróleo terem diminuído, após 2005.⁶ Quanto aos bens culturais, pouco se fala do problema que se constitui nos *projetos de construção em grandes alturas*, os quais impactam a integridade visual/valores estéticos dos bens, emergentemente, ao longo dos anos (de 2,2% dos bens afetados por tais projetos em 2005, a porcentagem atinge 5%, em 2009).

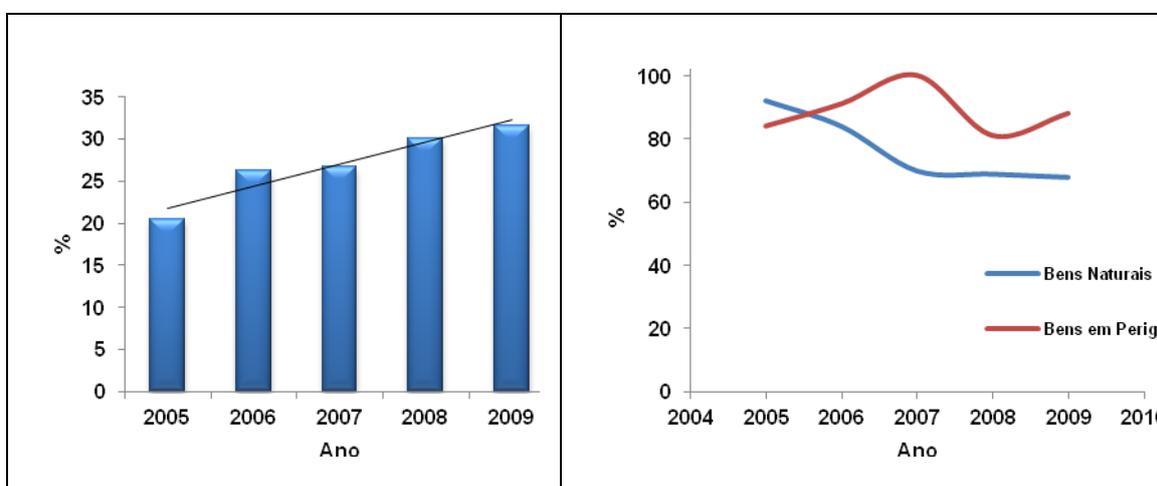


Gráficos 02 e 03 – Porcentagem de bens afetados por projetos de construção e desenvolvimento. Porcentagem de bens afetados por infraestrutura de turismo e por impacto negativo do turismo. (Organizado pelos autores - Fonte: Adaptado de UNESCO, 2010).

Outra grave ameaça aos bens culturais e naturais da humanidade corresponde às guerras, às instabilidades políticas e à insegurança nas cidades e no campo, levando um terço de todo o bem avaliado ser objeto de ao menos dois dos impactos: roubos, exploração florestal ilegal, vandalismos. Se, inicialmente, eram os bens naturais os mais atingidos pelos conflitos armados e insegurança, o quadro se altera nos últimos

anos, como se pode confirmar nos Gráficos 04 e 05, em que diminuem os bens naturais atingidos quando se aumenta o número de bens tratados como em perigo pela Lista do Patrimônio Mundial. Verifica-se, também, que cerca de 100% dos bens em perigo por tais conflitos armados são objetos de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo (100% em 2007).⁷

Para Ulrich Beck, com a distribuição e o incremento dos riscos, surgem situações sociais de ameaça que acompanham a desigualdade de posições de estrato e classes sociais, fazendo valer a lógica na qual os riscos da modernização, cedo ou tarde, alcançam aqueles que os produziram ou que lucram com eles. Para o autor, faz-se um efeito bumerangue que implode o esquema de classes. O panorama dos impactos ao patrimônio não foge a tal lógica.



Gráficos 04 e 05 – Porcentagem de bens que foram afetados por outras atividades humanas (roubos, exploração florestal ilegal, outras atividades ilegais, insegurança, guerras etc). O gráfico 04 indica porcentagem de bens afetados por outras atividades humanas, com foco nos bens naturais; também indica porcentagem dos bens inscritos sobre a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. (Organizado pelos autores - Fonte: Adaptado de UNESCO, 2010)

Cabe menção, ainda, ao impacto das catástrofes naturais e dos desastres relativos ao patrimônio mundial, quando 20% dos bens avaliados pela UNESCO no estudo referenciado foram atingidos, no interregno da pesquisa. O gráfico 06 elucida a redução dos impactos por eventos geológicos e ecológicos entre os cinco anos estudo e sinaliza a relação direta do clima e das condições meteorológicas do sobre o patrimônio, sobretudo cultural. Recomenda-se um elemento de gestão de riscos a ser incorporado nos planos de gestão aos bens mundiais. Se, por um lado, os riscos são produzidos social e politicamente ou integram a nova estratégia do capital para sua reprodução ampliada (quando seguradoras, financeiras e bancos vendem a possibilidade de segurança aos cidadãos frente às ameaças ou vulnerabilidades

propaladas no mundo contemporâneo), por outro lado, ainda se faz desafiante pensar na minimização de impactos sociais e patrimoniais causados pela força dos eventos da natureza.

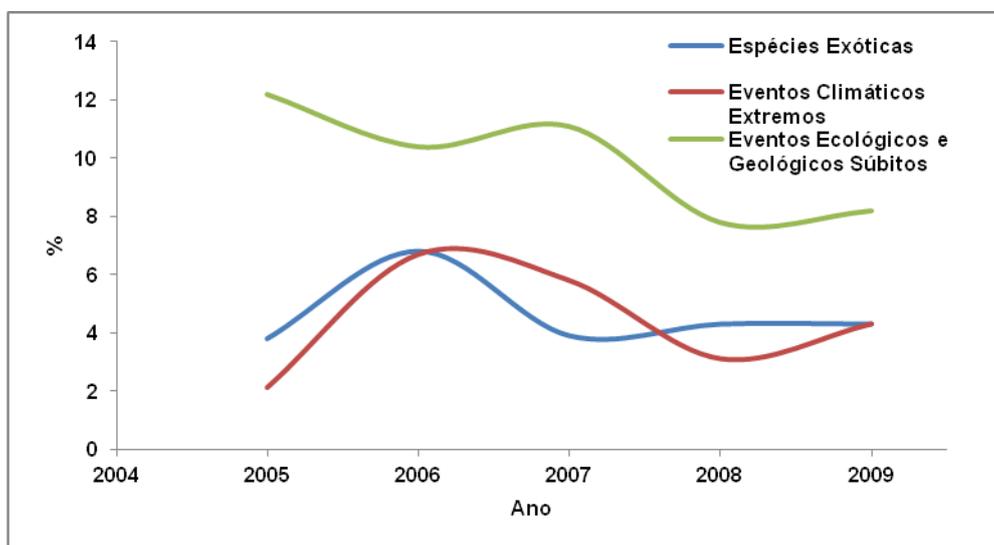


Gráfico 06 – Porcentagem dos bens afetados por diversas catástrofes naturais e desastres. (Organizado pelos autores - Fonte: Adaptado de UNESCO, 2010)

A maior ameaça ao acervo cultural e natural da humanidade são *les problèmes juridiques et de gestion*. O gráfico 07 revela que entre 80 e 100% dos bens careciam de um plano de gestão eficaz no período avaliado. Falta de recursos financeiros, recursos humanos e de quadro jurídico atinge 20% desse patrimônio cultural e natural. Na tendência de elevação dos impactos causados aos bens patrimoniais por essas duas questões, entre 2008 e 2009, observa-se um pequeno recuo dos mesmos impactos advindos da ausência de um plano de gestão e de um quadro jurídico eficiente voltado ao patrimônio mundial. Há um número crescente de bens sob ameaça de conservação/atividades inapropriadas (impacto negativo de projetos de reabilitação sobre tecido urbano de centros históricos; técnicas de restauração inadequadas) que colocam em risco atributos de valor universal-excepcional e autenticidade-integridade, o que decorre de ações negligentes na corrida pela mercantilização dos lugares.

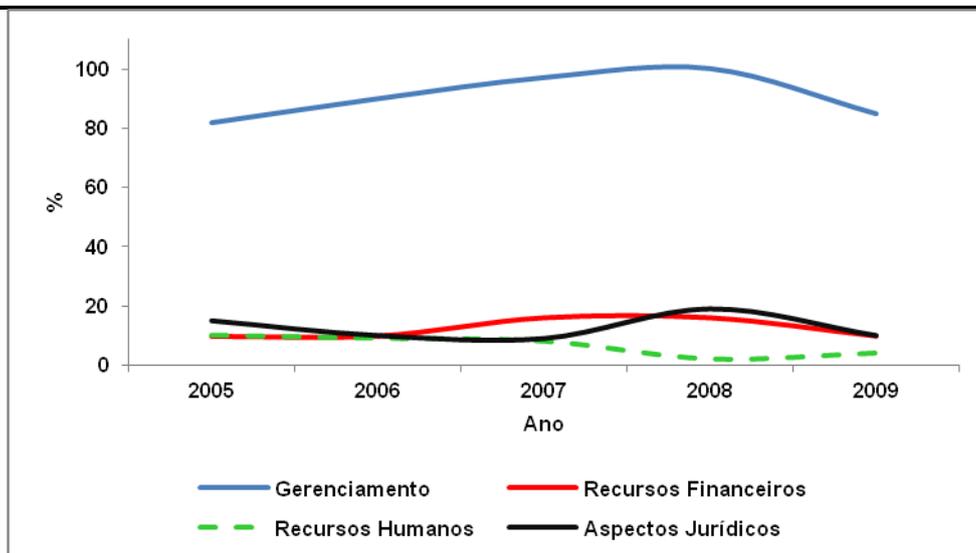


Gráfico 07 – Porcentagem dos bens afetados por diferentes problemas jurídicos e de gestão depois de 2005 (Organizado pelos autores - Fonte: Adaptado de UNESCO, 2010).

Sobre *outros fatores*, o número de bens sob ameaças aumentou depois de 2005. Com precariedade estrutural de construção e degradação aparecem 18% dos bens avaliados, o que seria minimizado com planos ou sistemas de gestão adequados que respeitassem as atividades de conservação (reabilitação, requalificação etc.). Os impactos elencados atingem distintamente o patrimônio cultural e o patrimônio natural, conforme gráfico 08. Ressalta-se que, enquanto *outras atividades humanas* e o *desenvolvimento de infraestruturas* impactam bruscamente o patrimônio natural, são os *problemas jurídicos e de gestão* os que atingem mais diretamente o patrimônio cultural.

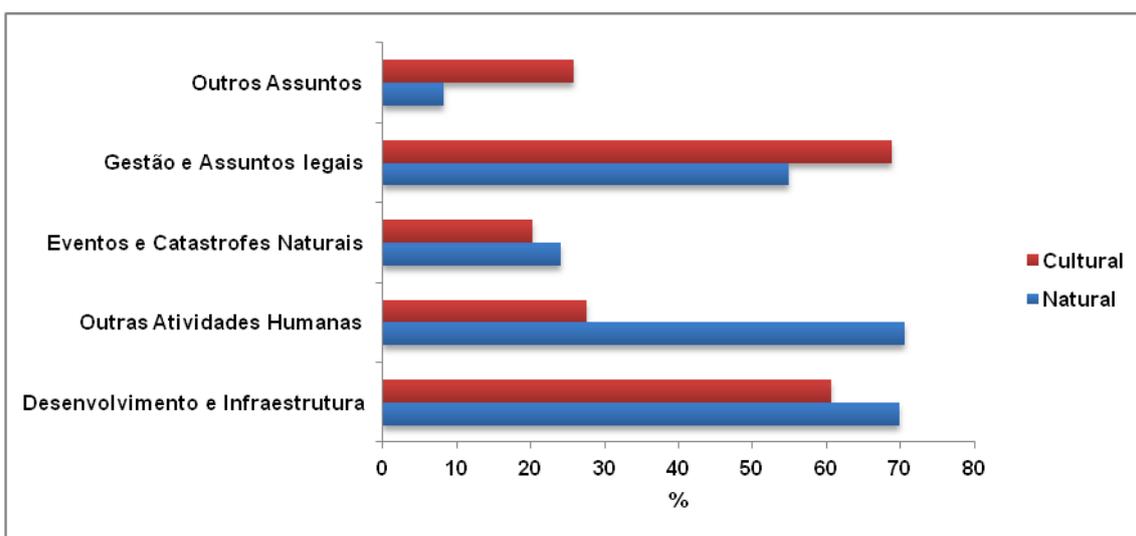


Gráfico 08 – Porcentagem média dos bens naturais e culturais afetados por algum dos principais grupos de ameaça entre 2005 e 2009 (Organizado pelos autores - Fonte: Adaptado de UNESCO, 2010)..

Conforme Paes (2012, p. 320), para que a patrimonialização de expressões culturais (e naturais) do passado possa oferecer o sentido de continuidade histórica, de modo a imaginarmos um futuro no qual nossa preservação e reprodução social sejam asseguradas, deve-se reconhecer a trama da vida que é tecida com os objetos, as ações e os sentidos da realidade socioespacial, no presente. Completamos dizendo que importa, notoriamente, os instrumentos de gestão e jurídicos favoráveis à continuidade material, espiritual e imaginária do patrimônio, e mais, de *sujeitos-patrimônio*⁸.

Em relação, ainda, à comparação de impactos sobre bens naturais e bens culturais, fica evidente que *outras atividade* (exploração ilegal de reservas, problemas de insegurança, impacto negativo do turismo, deslocamentos forçados de populações locais) afetam mais diretamente o patrimônio natural (gráfico 09). Sobre os 50 bens naturais examinados a cada ano depois de 2005, uma média de 25% deles foram afetados por atividades de mineração, ameaça que se estabilizou nessa porcentagem. O turismo enquadra-se nessas outras atividades; ameaça emergente para o patrimônio cultural e natural, apesar de ser reconhecido, também, como oportunidade de renda local, <<*avec une planification et une gestion de l'utilisation publique appropriée*>> (UNESCO, 2010, p. 17).

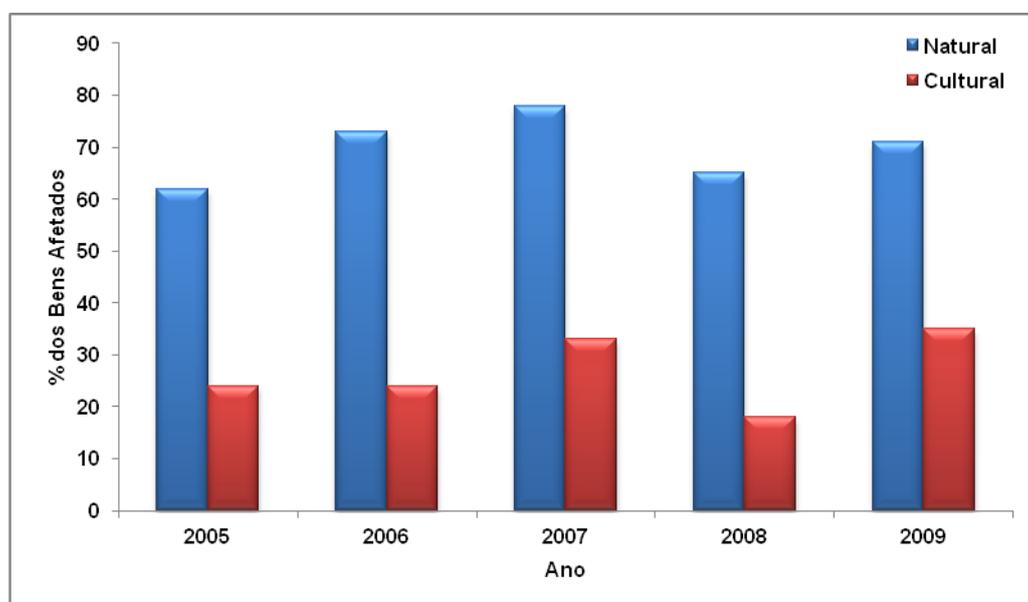


Gráfico 09 – Porcentagem dos bens afetados por outras atividades humanas.
(Organizado pelos autores - Fonte: Adaptado de UNESCO, 2010)

Sobre o significado dos conflitos armados e seu impacto na ressignificação da cultura e da natureza, além de uma interpretação da violência do perigo e do risco generalizados, cabe referência à Ulrich Beck,

Pobre em catástrofes históricas este século não foi: duas guerras mundiais, Auschwitz, Nagasaki, logo Harrisburg e Bhopal, e agora Chernobyl. Isso exige precaução na escolha das palavras e aguça o olhar para singularidades históricas. Todo o sofrimento, toda a miséria e toda a violência que seres humanos infligiram a seres humanos eram até então reservados à categoria dos 'outros' – judeus, negros, mulheres, refugiados, dissidentes, comunistas etc. Isso tudo continua a existir e, ao mesmo tempo, desde Chernobyl, deixou de existir. É o fim dos 'outros', o fim de todas as nossas bem cultivadas possibilidades de distanciamento, algo que se tornou palpável com a contaminação nuclear. *A miséria pode ser segregada, mas não os perigos da era nuclear. E aí reside a novidade de sua força cultural e política. Sua violência é a violência do perigo, que suprime todas as zonas de proteção e todas as diferenciações da modernidade* (Beck, 2010, p. 07, grifos nossos).

Por fim, sintetizamos as tendências inerentes a cada região do globo para os cinco principais grupos de ameaças analisadas em cinco anos de estudo. Em todas as regiões, os dois principais grupos de ameaças que afetam o patrimônio da humanidade são os *projets de développement et infrastructure* e os *problèmes juridiques et de gestion* (tabela 01). Depois de 2005, estes dois grupos generalizam-se afetando mais de 50% e até 90% dos bens de todas as regiões avaliadas, anualmente. Assim, as ameaças aparecem alocadas por região; das cinco regiões indicadas, apenas Europa e América do Norte não representam *tendências em alta* dos impactos, mas dentro de uma *estabilidade em baixa* ou *em alta* para cada um dos fatores. A África é a região mais fortemente atingida tanto pelo impacto de infraestruturas como outros fatores (guerras civis, instabilidades políticas), assim como Estados Árabes. Ásia e Pacífico são atingidos, sobretudo, por catástrofes naturais, o que se deve à geografia da região. A vasta América Latina e Caribe, por sua complexa formação socioespacial - nuances político-econômicas e culturais - apresentam os *outros fatores* como elementos em alta dos impactos sobre seu patrimônio mundial.

Esse amplo quadro dos impactos sobre o acervo patrimonial global representa o reverso da natureza socializada, que é a socialização dos danos à natureza, sua transformação em ameaças sociais, econômicas, políticas sistêmicas da sociedade mundial altamente industrializada, no viés apresentado por Beck (2010). As demandas emergem em potencial; sistemas jurídicos e normativos não correspondem ao

movimento frenético da realidade concreta; ignoram-se as demandas mais urgentes pela qualidade de vida nas cidades e no campo; fica para o futuro o atendimento às questões mais básicas para o melhor viver e conviver nos aglomerados da vida no presente. O quadro do Patrimônio Mundial não poderia ser diferente na sociedade industrial do risco, quando aos problemas e “conflitos distributivos da sociedade da escassez sobrepõem-se os problemas e conflitos surgidos a partir da *produção, definição e distribuição de riscos científico-tecnologicamente produzidos*” (Beck, 2010, p. 23, grifo nosso).

	África	Estados Árabes	Ásia-Pacífico	Europa e América do Norte	América Latina e Caribe
Desenvolvimento e Infraestrutura		=	=	=	
Outras Atividades Humanas			=	=	=
Catástrofes e Desastres Naturais	=	=		=	=
Problemas Jurídicos e de Gestão	=	=	=	=	=
Outros Fatores	=		=	=	
LEGENDA					
Em Baixa	Estável em Baixa		Estável em Alta		Em Alta

Tabela 01 – Tendência na qual cada região fora afetada por cada um dos cinco principais grupos de ameaças sobre os cinco anos de estudo. (Organizado pelos autores - Fonte: Adaptado de UNESCO, 2010)

Esse estudo apresentado pela UNESCO é revelador da diversidade das ameaças às quais os bens do patrimônio da humanidade estão sujeitos. Fica claro que *desenvolvimento e infraestrutura* mais *problemas jurídicos e de gestão* são os que mais assolam o patrimônio cultural da humanidade, quando *outras atividades* são as que atingem frontalmente o patrimônio natural. Ausência ou inadequação de planos ou sistemas de gestão, guerras, insegurança no campo e nas cidades, atividades ilegais, exploração de minérios e petróleo, barragens hidroelétricas e construções de grande porte constituem-se, resumidamente, em ameaça à autenticidade, à integridade e à universalidade-excepcionalidade do dito Patrimônio Mundial. Por mais que a definição do que seja legítimo ou autêntico no patrimônio tenha se tornado recurso discursivo

com baixa credibilidade, pois o valor da memória que se deseja preservar não está no objeto em si, conforme afirma Paes (2012, p. 320), o recurso prático à manutenção da integridade do bem auxilia na difusão e manutenção de seus valores históricos presentes. A memória exige um suporte de origem para a efetivação da recordação, subsídio do concreto-pensado.

A Declaração de Paris (2011) discutida no tópico anterior é divisor de águas (marco simbólico de possibilidades renovadas para o patrimônio) entre o estudo da gestão e conservação do patrimônio apresentada neste tópico (2005-2009) e a comemoração das quatro décadas da *Convenção do Patrimônio Mundial*, que tem por tema: *développement durable: le role des communautés locales*. Para o futuro próximo, a UNESCO prevê um *Plan d'action stratégique pour la mise en oeuvre de la Convention, 2012-2022*, que se estabelece no contexto de reflexões sobre o *Avenir de la Convention*, ratificado na 18ª Sessão da Assembleia Geral dos Estados-parte, em 2011. Essas análises direcionam uma proposição para a Convenção que deve “contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades e culturas do mundo inteiro”, de forma que a “proteção e a conservação do patrimônio leve em conta as necessidades atuais e futuras em matéria de ambiente, de sociedade e de economia”, de forma a “atribuir a conservação às comunidades” (UNESCO, 2012, p. 02, tradução nossa).

Economia e sustentabilidade parecem palavras de ordem do vir a ser do patrimônio do mundo.⁹ No início de 2012, ocorreu em Ouro Preto (MG) uma reunião consultiva cujo tema foi <<*Patrimoine mondial et développement durable*>>, organizada pelo IPHAN¹⁰, com a presença de autoridades brasileiras e da Fundação Vale, com cerca de 500 participantes de todo o mundo. A reunião contemplou, inclusive, o debate já posto na Declaração de Paris e ratificou, uma vez mais, que não devem ser entendidos como objetivos contraditórios o *socioeconômico* e o *ambiental*.

A noção de patrimônio é efetivamente fundamental na lógica do <<*développement durable*>>, de forma que o patrimônio é produto de relações dinâmicas e regula as comunidades envolvidas com seu ambiente ao longo do tempo; representa aquilo que as pessoas trazem do valor histórico para envolver e acrescentar em sua qualidade de vida (UNESCO, 2012, p. 03, tradução nossa).

Também é enaltecida a busca de parcerias com o setor privado em um quadro comum denominado *Pacte mondial des Nations Unies*, que engloba uma gama de políticas

para reforçar tais parcerias, com o fim de criar inovações em prol do “*développement durable, à la paix et à la sécurité dans le monde*” (UNESCO, 2012a, p. 02).

A síntese apresentada neste tópico, de ameaças ou riscos ao patrimônio da humanidade, revela nuances de sua consagração global. Denuncia que a corrida conjunta pela Lista do Patrimônio Mundial requer, paralelamente, compartilhamento de responsabilidades para sua conservação. A iniciativa coletiva em benefício dos sítios do patrimônio da humanidade é o que reza a UNESCO. Indaga Yázigi (2009, p. 152, 169) que, “se países ricos devem acentuar o valor pragmático (do patrimônio), o que não dizer dos mais carentes?”, e continua, “mas não se trata de qualquer valor pragmático: os usos devem ser compatíveis com a forma, sem subvertê-la”.

A partir das problematizações apresentadas, cabe esclarecer, por fim, o lugar do Patrimônio Mundial no polêmico debate sobre o *turismo sustentável*, considerando que a noção de sustentabilidade emerge de instituições representantes do governo global e é carregada de ideologia política.

O Patrimônio mundial e o dito tourisme durable: nuances de uma proposta de gestão para a segunda década do século XXI

Em 2010, Brasília (DF) foi sede da 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial. Na ocasião, dentre diferentes avaliações, resolveu-se pela elaboração e execução do *Programme sur le patrimoine mondial et le tourisme durable* (UNESCO, 2012b). Ficaram responsáveis pela elaboração: Alemanha, Eslovênia, Argentina, China, Tanzânia e Líbano, o Diretor do Centro do Patrimônio Mundial, as Organizações Consultivas (UICN¹¹, ICOMOS¹² e ICCROM¹³), a OMT¹⁴ e o Governo suíço na condição de colaborador. Em julho de 2012, na 36ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em São Petersburgo (Federação Russa), foi publicado o resultado daquela demanda, objeto de avaliação neste ponto do artigo.

Para essa Comissão, “organizado de maneira responsável, o turismo pode ser um elemento motor da preservação e da conservação do patrimônio cultural e natural e um vetor do desenvolvimento sustentável” e ainda retrata que “não planejado ou mal gerido, ele pode, todavia, perturbar a vida social, cultural e econômica e produzir efeitos devastadores sobre os ambientes frágeis e as comunidades locais” (UNESCO, 2012b, p. 02, tradução nossa). A crença é a de que o patrimônio mundial enquanto

recurso pode beneficiar as comunidades viventes associadas aos sítios; atribui-se responsabilidades aos Estados-parte pela sustentabilidade dos usos a serem implementados em respeito ao seu *précieux capital cultural* mantenedor do valor universal-excepcional atribuído ao patrimônio. Ao problematizar, criticamente, as análises em geografia acerca da sustentabilidade, Souza (2009) prescreve que a ideia de *segunda natureza*, tão importante para a compreensão do mundo do trabalho e desta contemporaneidade, sucumbe diante de uma visão distorcida das ciências humanas para a compreensão da natureza, ao trazer o debate sobre a noção de sustentabilidade de forma acrítica.

Assim, não podemos desconsiderar o fato de que esse *precioso capital cultural* perfaz-se na dinâmica do capitalismo (com suas contradições), que não representa apenas um esquema tecnológico e econômico, mas um complexo sistema cultural com uma história muito especial no Ocidente moderno, como desta Appadurai (2008). A produção de um capital cultural está ligada à leitura da história social e econômica de territórios, na qual se insere o desenvolvimento da mercadoria em nível global, porém, dependente da escala local; reduzir os impactos dessa produção exige compartilhamento de decisões e práticas políticas inclusivas sobre o território e seus usos.

A *comunicação* é vista como salutar instrumento da conservação, quando os valores do bem e os possíveis efeitos negativos decorrentes do turismo devem ser transmitidos fielmente: aos Estados-parte, adotando políticas para assegurar o desenvolvimento em consonância com os grupos locais; aos protagonistas da indústria do turismo, para amenizar os impactos da mercadorização estabelecida no local; aos visitantes, para o implemento de ações responsáveis, comportamentos apropriados e incitação à proteção do sítio; às comunidades locais, chamadas a preservar a integridade do patrimônio natural ou cultural reflexo do seu espaço vivido (UNESCO, 2012b, p. 02, tradução nossa).

Coriolano (2001, p. 209) acredita que os pressupostos básicos da estruturação do turismo sustentável passam pela construção do real (como espaço da oferta turística) e pela elaboração do virtual (objeto do imaginário formado de imagens, sonhos e mitos de um povo). Por mais que a população reconheça a prática do turismo no espaço vivido como uma saída para o crescimento econômico e o desenvolvimento social, há de se entender a imagem que se cria e se divulga do lugar comercializado,

em sua própria defesa. Também é necessário compreender que a utopia necessária do turismo sustentável não se fará concreta tão somente com planos técnicos ou que não vislumbrem os movimentos socioespaciais em sua complexidade.

Ao reconhecer que o turismo oferece oportunidades e também problemas, fica clara a preocupação da UNESCO com a alteração dos valores universais-excepcionais dos bens e com a privação das comunidades sobre as vantagens advindas da atividade ou do conhecimento sobre a degradação dos sítios. O debate é sobre: a capacidade de correlacionar sustentabilidade nas políticas de turismo, onde as comunidades devem ser pontos centrais da discussão; a não-apropriação das atividades pelos mais distintos atores da sociedade civil; o mal conhecimento, a desconsideração das necessidades reais e a ausência de diálogo nas comunidades envolvidas; a necessidade de processos de planejamento baseados sobre os valores locais, que sejam apropriados e adaptados a eles; a diversidade da natureza política de todo o processo decisório (UNESCO, 2012, p. 03-04, tradução nossa).

Fala-se de um novo paradigma com o Programa, quando se considera a *proteção*, a *valorização* e a *transmissão* dos bens do Patrimônio Mundial acompanhados do turismo condizente com a exploração das oportunidades e com a limitação dos riscos, favorecendo o *développement durable*. Nesse sentido, convergem no discurso da Comissão do Programa: *comunidades, capacidades, necessidades locais, gestão partilhada e experiência de qualidade* tanto para *moradores* quanto para os *visitantes*. A interpretação da Convenção do Patrimônio Mundial (1972), a identificação do *tourisme durable* como meio de gestão do patrimônio por parte de autoridades nacionais, regionais e locais, a contratação de especialistas capazes de planejar o turismo na ótica social da sustentabilidade, a informação da coletividade local sobre a importância cultural e econômica dos bens patrimoniais, a consolidação do setor do turismo vinculada aos valores do patrimônio e a instrumentalização dos visitantes para a consciência do valor dos bens visitados são tratados como condições essenciais na gestão partilhada dos bens.

De acordo com Coriolano (2001), as mensagens são quase sempre manipuladas no turismo, mas o importante é saber a serviço de que e de quem estão. Estabelecimento da infraestrutura beneficia aos nativos? O turismo deixa o que como benefícios às populações locais? O desenvolvimento do turismo se dá para que e para quem? A resposta a tais questões pode retratar as nuances do turismo em específicos

territórios; a análise do geógrafo (a respeito do turismo ou de qualquer atividade) deve partir da sociedade, para a compreensão das transformações e dos remédios para os males do mundo de hoje, dos quais a poluição, a extinção de elementos e aspectos da natureza parecem ser tão mais preocupantes (Souza, 2009).

A metodologia do *Programme sur le patrimoine mondial et le tourisme durable* está fundada nos princípios básicos seguintes:

1. *Utilisation des mécanismes de la Convension* – acredita-se que o estudo e o respeito aos mecanismos da *Convenção do Patrimônio Mundial* (apresentação de proposição de inscrições na UNESCO, monitoramento contínuo, relações periódicas etc.) favorecerá a divulgação/reparação dos casos em que o turismo coloca em risco os valores do patrimônio e aqueles com resultados positivos das intervenções.
2. *Priorité aux interventions precoces* – estimula-se a proposta de gestão e de implantação de um *tourisme durable* previamente, junto à demanda de inscrição do bem na Lista do Patrimônio Mundial, reconhecendo-se a dificuldade de se fazer frente a modelos de gestão arcaicos ou já implantados no território.
3. *Renforcement de l'environnement porteur* – quadro legislativo e regulamentares das estratégias de desenvolvimento são condições da realização do *tourisme durable* sobre os sítios e seu entorno.
4. *Coopération et partenariat avec le secteur du tourisme* – o Programa visa estreito diálogo com os atores do turismo, a fim de viabilizar a conservação dos bens, gerar, compilar e difundir informações pertinentes e dados relativos às boas práticas sobre o patrimônio mundial e o *tourisme durable*.
5. *Une approche axée sur les pôles touristiques* – Defende-se um planejamento precedente, considerando as capacidades de carga do bem, em termos de número e categorias de visitantes e de infraestruturas. Para tanto, recomenda-se a participação coletiva nos planos e mais, que em tais planos de desenvolvimento turístico os polos turísticos sejam considerados como um todo e os seus valores associados às zonas periféricas.¹⁵
6. *Développement des capacités* – para evidenciar tanto dificuldades quanto oportunidades por parte da gestão dos sítios do patrimônio mundial, recomenda-se a capacitação de seus gestores (educação e formação

profissional) e a autonomia de escolhas das comunidades locais conforme suas necessidades basilares.

A busca pela sustentabilidade aparece em todos os objetivos elencados do Programa. O discurso oficial vem em plena defesa à autenticidade do Patrimônio mundial no mundo regido pela mercadoria. Sustentar o caráter de autêntico, irreplicável e coletivo da cultura e da natureza também é maneira de sustentá-las em circulação. Para Spooner (2008), a autenticidade tornou-se relevante no atual estágio da evolução social, devido à corrida por “mercadorias-clone industrializadas”, o que nos leva a indagar o caráter único das coisas e dos lugares, tentando desvendar o facilmente substituível (sustentabilidade?). Assim, “a autenticidade é uma forma de discriminação cultural projetada sobre objetos” (SPOONER, 2008, p. 284).

O Programa será executado, para atender aos seus objetivos gerais, conforme os planos de ação: 2013-2015; 2016-2018; 2019-2022. A primeira fase do Programa (2013-2015) será avaliada ao final do mesmo, quando será elaborado o segundo plano de ação (2016-2018), baseado nos resultados do primeiro plano, o que se sucederá para o terceiro plano de ação. O plano de ação desta primeira fase do Programa comporta *cinco objetivos* claros, de forma que é previsto o investimento de 3.720.000 (três milhões e setecentos e vinte mil dólares) para o alcance de tais objetivos¹⁶. Os objetivos principais do *Programme sur le patrimoine mondial et le tourisme durable* (2013-2022) são:

1. Integrar os princípios do *tourisme durable* nos mecanismos da Convenção do Patrimônio Mundial.
2. Reforçar a noção de *ambiente favorável* na elaboração das políticas, estratégias, quadros e objetos que sustentam o *tourisme durable* como vetor importante de proteção e gestão do patrimônio cultural e natural.
3. Promover uma ampla participação dos agentes interessados no planejamento, na elaboração e na gestão do *tourisme durable* em favor da conservação do patrimônio e visando à autonomia das comunidades locais.
4. Oferecer às partes interessadas ao Patrimônio mundial as capacitações e os objetos necessários para gerir o *tourisme durable* de maneira responsável, considerando situações e necessidades locais.
5. Promover produtos e serviços turísticos de qualidade e com responsabilidade social.

Por fim, o paradigma do Patrimônio mundial envolto pelo dito *tourisme durable* revela-nos um esforço de se concretizar a *utopia da gestão partilhada da cultura e da natureza ante o desenvolvimento econômico regido pela mundialização* – lógica que induz à tendência do discurso do patrimônio mundial como motor de desenvolvimento. As nuances desse discurso centram-se no mito do autêntico na era da reprodução técnica, na crença da possibilidade de harmonização das relações que dão caráter mercantil e cultural aos objetos do passado e à natureza tornada recurso e, por fim, no esforço de congregar agentes, processos e elementos da vida cotidiana para um fim preciso: a sobrevivência nos e dos lugares por meio da gestão partilhada, da autonomia cidadã. Porém, um alerta deve ser dado: lidar com questões de preservação e conservação da cultura e da natureza é lidar com questões políticas envoltas por interesses escusos, de forma que a preocupação nessas estratégias não estão sempre voltadas ao partilhamento efetivo ou à construção da cidadania a partir do lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso oficial sobre o Patrimônio Mundial trata da cultura e da natureza globais enquanto motor de desenvolvimento do turismo chamado sustentável e, paralelamente, reconhece os riscos a esses bens.

A dualidade social emblemática na maior parte dos países do mundo leva-nos a indagar o patrimônio como motor de desenvolvimento. Os *riscos* à natureza e à natureza das culturas humanas convertem-se em motor da *autopolitização* da modernidade na sociedade industrial, alterando-se os conceitos de *lugar* e *meios da política*, segundo Ulrich Beck. Questões que perpassam o discurso oficial, veladamente, e o científico-social, comprometidamente, no tocante ao patrimônio.

No contexto socioglobal, em que o poder e a dominação de territórios e lugares se dão mediante o consentimento ou a coerção consentida das massas, torna-se complexa a implantação do chamado turismo sustentável; uma nova força político-cultural também é a da violência do *perigo* que, para retroalimentar a modernidade industrial, eliminou zonas de proteção e mercantilizou o risco. O risco à cultura e à natureza fazem circular o equivalente geral de valor - dinheiro.

O desenvolvimento territorial, em distintas escalas, sintetiza novos paradigmas científico-tecnológicos submetidos a determinadas instâncias político-econômicas. A *utopia necessária da democratização patrimonial horizontalizada* se fará concreta ante a revolução politizada, informacional, comunicacional e a autonomia das comunidades no sítio simbólico de pertencimento.

A gestão e a conservação do Patrimônio Mundial *motor de desenvolvimento*, apesar de todos os esforços das agências globais, nacionais e locais dependem, certamente, das inovações em suas diferentes facetas *pari passu* às possibilidades de controle e resistência sociais nos lugares do acontecer.

A *Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* (1972), a Declaração de Paris *Le patrimoine comme moteur du développement* (2011), e estudos como o *Programme sur le patrimoine mondial et le tourisme durable* (2012) tornam-se importantes referências para a concretização da participação ou da implementação de ações que se aproximem da utopia do sustentável, no desenvolvimento de territórios da cultura e da natureza no mundo, ao valorizarem a autonomia cidadã casada com a melhoria da qualidade de vida das populações.

¹ Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos

² Utopia? Lembremos com Ianni (2011) que a utopia exorciza e nega os males do presente como os retrocessos; é como se a realidade nunca estivesse em conformidade com a possibilidade, a idealidade, sempre contaminada pela desigualdade, alienação, brutalidade. Para o autor, são as ciências sociais *notáveis matrizes de utopias*, quando suas criações intelectuais desdobram-se em ciência-ideologia-utopia.

³ Cf. Costa e Scarlato (2012).

⁴ Indagação a ser feita é a de como manter a originalidade de culturas locais, dado o direito de mobilidade do homem, o que nos faz buscar entender e indagar a viabilidade das recomendações dos organismos internacionais para o patrimônio da humanidade.

⁵ Cf. Costa (2010, 2011, 2012). Nesses trabalhos, pode-se verificar a estrutura e o processo necessários à inscrição de um bem na chamada Lista do Patrimônio Mundial, bem como as contradições inerentes a esse movimento. As análises também indicam a necessidade de um olhar totalizador sobre as cidades ou os lugares institucionalizados como patrimônio.

⁶ “As ameaças da exploração de petróleo e gás teriam diminuído depois de 2005. De fato, afetaram 3,6% dos bens avaliados em 2005, mas não afetava mais que 1,7% dos bens, em 2009” (UNESCO, 2010, p. 10, tradução nossa).

⁷ “A degradação em consequência de um conflito e de uma instabilidade política ou de problemas de segurança tem conduzido à inscrição de bens naturais sobre a Lista do patrimônio mundial em perigo. Sobre os quinze bens naturais atualmente inscritos sobre esta Lista, o conflito ou uma situação de insegurança, bem como suas consequências, são os motivos da inscrição” (UNESCO, 2010, p. 11, tradução nossa).

⁸ “Diante das mutações ora em gestação – avanços tecnológicos e transformação filosófica e das visões sobre o mundo – a educação, no sentido mais amplo do termo, surge como possibilidade da construção dos sujeitos-patrimônio. Por sujeitos-patrimônio entendemos o ser em sua relação cultural com o mundo; produto e produtor material e imaginativo deste dito *mundo*” (Costa, 2011a, p. 05).

⁹ A noção de <<*développement durable*>> presente nos documentos advém da definição da *Commission mondiale sur l’environnement et le développement*. Segundo os termos da comissão, “desenvolvimento sustentável é um modo de desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem às suas” (UNESCO, 2012b, p. 02, tradução nossa).

¹⁰ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

¹¹ União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais.

¹² Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos.

¹³ Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais.

¹⁴ Organização Mundial do Turismo.

¹⁵ “Um polo turístico do patrimônio mundial pode se definir como o lugar geográfico onde se desenrola a totalidade da experiência turística (...) onde os bens do patrimônio mundial seriam destinações turísticas privilegiadas” (UNESCO, 2012b, p. 07, tradução nossa).

¹⁶ Maiores detalhes sobre as ações, atividades, indicadores de desempenho e detalhamentos sobre os gastos com o Programa podem ser consultados nos quadros apresentados no documento (UNESCO, 2012b).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. G. Sentidos das festas no território patrimonial e turístico. In: COSTA, E. B; BRUSADIN, L. B; PIRES, M. C. (orgs.). *Valor patrimonial e turismo: limar entre história, território e poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 157-172.
- APPADURAI, A. Mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, A (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Tradução de Agatha Bacelar. Niterói: EdUFF, 2008, p. 15-88.
- BECK, U. *Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BECK, U. *A Sociedade Global do Risco. Uma discussão entre Ulrich Beck e Danilo Zolo*. Disponível em <http://lgxserver.uniba.it> (sítio Italiano para Filosofia) texto traduzido por Assmann, S. J. Depto. de Filosofia. UFSC, 2000.
- BURTON, I. Flood damage reduction in Canada. *Geographical Bulletin*. v.II, pp. 161-85. Ottawa, 1965.
- CABO, A. R. Planificación territorial del turismo. In: SEABRA, G. (org.). *Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa: Universitária, 2007, p. 241-248.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Editora Xamã, 1996.
- CORIOLOANO, L. N. T. O real e o imaginário nos espaços turísticos. In: ROZENDAHL, Z. CORRÊA, R. *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 207-227.
- COSTA, E. B. *A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial*. São Paulo: Humanitas / FAPESP, 2010.
- COSTA, E. B. *Totalidade urbana e totalidade-mundo – as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global*. 445f. Tese (Doutorado em Geografia) FFLCH-USP, São Paulo, 2011.

COSTA, E. B. Patrimônio, território e memória: da preservação ao significado das cidades. *Anais do 5º Seminário – Patrimônio Cultural: Conservação e Restauração no Século XXI (300 anos das Vilas Mineiras)*, Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP), p. 01-10, 2011a.

COSTA, E. B. Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX. *Revista Finistera*, Lisboa, XLVII, 93, 2012, pp. 5-28.

COSTA, E. B; SCARLATO, F. C. Patrimônio da humanidade: universalismo de um apoderamento territorial soberano. In: COSTA, E. B; BRUSADIN, L.; PIRES, M. (orgs.). *Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 146-178.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1961.

GODART, M. Valorización turística y planificación territorial: una relación sostenible? In: MYTTENAERE, B; BELLÓN, E. (orgs.). *Desarrollo territorial y turismo: una aproximación a partir de la valorización turística*. Ed. Universidad Externado de Colombia, 2010, p. 147-166.

GUIMARÃES, S. T. L. Valoração de paisagens: campos de visibilidades e de significancias. In: COSTA, E. B; BRUSASIN, L. B; PIRES, M. C. (orgs.). *Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder*. São Paulo: Outras Expressões, p. 47-59, 2012.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

IANNI, O. *A sociologia e o mundo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

KEYNES, J. M. *The general theory and after: preparation*. London: MacMillan, The Collected Writings of John Maynard Keynes, v. 13. 1973.

KEYNES, J. M. *The general theory and after: defence and development*. London: MacMillan, The Collected Writings of John Maynard Keynes, v. 14. 1973a.

KNIGHT F. H. *Risk, uncertainty and profit*. Beard Books, Washington, DC, 1921.

PAES, M. T. D. Refuncionalização turística de sítios urbanos históricos no Brasil: das heranças simbólicas à reprodução de signos culturais. *Revista Geografia*, Rio Claro, v. 37, n. 2, p. 319-334, 2012.

SCIFONI, S. *A construção do Patrimônio Natural*. São Paulo, 2006. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SMITH, N. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, M. A. A. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. As metáforas do capitalismo. *Cronos*, Natal-RN, v. 10, n. 2, p. 101-117, 2009.

SPOONER, B. A autenticidade de um tapete oriental. In: APPADURAI, A (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Tradução de Agatha Bacelar. Niterói: EdUFF, 2008, p. 247-298.

YAZIGI, E. *Saudades do futuro: por uma teoria do planejamento territorial do turismo*. São Paulo: Plêiade, 2009.

WHITE, G. F. The choice of use in resource management. *Natural Resources Journal*. 1, 1 pp.23-40, 1961.

WHITE, G. F. et. al. Changes in the urban occupance of flood plains in the United States. *Department of Geography Research Paper*. n.57 – Chicago: University of Chicago Press, 1958.

ZAOUAL, H. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

FONTES PRIMÁRIAS

UNESCO. *Convention du patrimoine mondial et développement durable. Rapports du Centre du patrimoine mondial et des Organisations consultative*. Paris, Siège de l'UNESCO, 2012.

UNESCO. *Projet de nouvelle stratégie de l'initiative de partenariats pour la conservation (PACTe). Rapports du Centre du patrimoine mondial sur ses activités et sur la mise en oeuvre des décisions du Comité du patrimoine mondial.* Paris, Siège de l'UNESCO, 2012a.

UNESCO. *Programme sur le patrimoine mondial et le tourisme. Rapports du Centre du patrimoine mondial et des Organisations consultative.* Paris, Siège de l'UNESCO, 2012b.

UNESCO. *Etat de conservation de biens inscrits sur la Liste du patrimoine mondial.* Paris, Siège de l'UNESCO, 2012c.

UNESCO. *Réflexion sur l'évolution de l'état de conservation. Rapport de la réunion d'experts sur les défis globaux de l'état de conservation des biens du patrimoine mondial.* Paris, Siège de l'UNESCO, 2011.

ICOMOS. *Déclaration de Paris – Sur le patrimoine comme moteur du développement.* Paris, Siège de l'UNESCO, XVII Assemblée Générale, 2011.

UNESCO. *Réflexion sur l'évolution de l'état de conservation.* Paris, Siège de l'UNESCO, 2010.

UNESCO. *Discussion sur la valeur universelle exceptionnelle.* Paris, Siège de l'UNESCO, 2008.

UNESCO. *Convention concernant La Protection Du Patrimoine Mondial Culturel Et Naturel.* Adoptée par la Conférence générale à sa dix-septième session. Paris, Siège de l'UNESCO, 1972.

Artigo recebido em 15/01/2013.

Artigo aceito em 15/03/2013.